

Povoamento e Fronteira na Serra de S. Mamede da Idade Média à Idade Moderna (sécs. XII – XVI)

Ana Santos Leitão¹
Universidade de Lisboa

Resumo

Este projecto de dissertação para doutoramento visa compreender como um sistema social se traduz em termos de localização e como a organização espacial influencia as dinâmicas sociais geoestratégicas, focando a problemática numa região específica. Como delimitação espacial, o recorte geográfico corresponde à zona da antiga comarca de Entre Tejo e Odiana, centrando-se na sub-região da serra de S. Mamede, que representa um eixo estruturante com funções articuladoras entre o Alentejo e a Beira, por se tratar de uma área de charneira entre os reinos de Portugal e Castela, no qual surgiu um complexo urbano singular estruturado pela serra. A definição do objecto centra-se no estudo das repercussões da fronteira na organização do território sobre uma base geográfica.

Na delimitação espácio-temporal do campo de pesquisa, o âmbito cronológico definido vai dos finais do século XII ao início do século XVI (1169 – 1527), ou seja, o estudo inicia-se no momento em que a serra de S. Mamede passa para a esfera de influência de controlo do reino de Portugal, quando Marvão era o principal eixo polarizador, culminando com a fase da realização do primeiro *Numeramento* do reino no século XVI e com a ascensão económica e política de Portalegre.

Abstract

This PhD project seeks to understand how a social system is reflected in terms of spatial distribution and how this organization influences the geostrategic social dynamics, focusing on a specific region. Geographically, it covers a defined area of the old *Entre Tejo e Odiana* district (set between the Tagus river and the Guadiana), based on the sub-region of the mountains of São Mamede; this zone is a structural axis with a coordination role between the regions of Alentejo and Beira, as it is a border area between the kingdoms of Castile and Portugal where a singular urban structure developed, shaped by the mountains. The specific object of this research project is the impact of the border in the organization of the territory on a geographical basis.

The chronological scope is from the late twelfth century to the beginning of the sixteenth century (1169 - 1527), meaning that the study begins at the moment the mountains of S. Mamede enter the sphere of influence and control of the Portuguese crown, when Marvão was the main polarizing centre, and ends with the realization of the kingdom's first *Numeramento*, in the sixteenth century, and the economic and political rise of Portalegre.

¹ Doutoranda do PIUDH – Programa InterUniversitário em História (ICS/UL; FLUL; ISCTE; UCP e EU). Investigadora do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Membro do GIMI. Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ref. SFRH / BD / 64360 / 2009).

Este texto tem como objectivo apresentar a proposta de projecto de investigação de doutoramento, ainda em fase embrionária, que durante a participação no Workshop de Estudos Medievais sofreu algumas modificações, devido às sugestões apresentadas e às possíveis perspectivas de estudo então sugeridas.

Apesar dessa substancial evolução e do desenvolvimento do estudo, decorridos nos últimos meses, decidi manter o conteúdo do artigo substancialmente inalterado, introduzindo apenas algumas observações pontuais. A elaboração deste artigo, acompanhada da apresentação de um primeiro ponto de situação do projecto de investigação e da sua submissão à crítica e comentário de colegas e especialistas da mesma área do conhecimento, resultou num enriquecedor exercício de reflexão, diálogo e debate científico de extrema utilidade para a prossecução do meu trabalho. Neste contexto, este é o resultado da apresentação do plano de estudos inicial, que foi sujeito ao parecer do Prof. Doutor Luís Carlos Amaral (Universidade do Porto) e de Ana Paula Rodrigues (doutoranda da Universidade de Santiago de Compostela), a quem eu dirijo os meus especiais agradecimentos.

A estrutura do artigo baseou-se na proposta apresentada pela organização do WEM, dividindo-se em 5 partes essenciais: o Projecto; a Problemática; o Contexto Histórico; o Estado da Arte e a Metodologia.

O PROJECTO

O projecto de dissertação para doutoramento tem como tema “*Povoamento e Fronteira na Serra de S. Mamede da Idade Média à Idade Moderna (Sécs. XII-XVI)*”² e insere-se na temática da linha de investigação *Sociedades e Poderes*, que se foca no estudo das dinâmicas históricas que conduziram à formalização de centros de poderes no contexto da Europa Ocidental. Esta linha de investigação pretende gerar uma discussão e reflexão alargadas sobre as ligações entre o contexto social e político e propõe a reflexão em torno do processo de construção dos poderes do centro, tendo como horizonte privilegiado de análise o espaço europeu e mediterrânico, na longa duração compreendida entre o período medieval e moderno.

A presente investigação apresenta-se sob a orientação científica de Hermenegildo Fernandes (FLUL) e de Pedro Gomes Barbosa (FLUL).

A principal questão de pesquisa é a formação da rede urbana que circunda a serra de S. Mamede, no Alto Alentejo, e o principal objectivo é o de compreender como um sistema social se traduz em termos de localização e de como a organização espacial influencia as dinâmicas sociais geoestratégicas, focando a problemática numa região específica. Como delimitação espacial, o recorte geográfico é o de uma zona correspondente à antiga comarca de Entre Tejo e Odiana, centrando-se na sub-região da serra de S. Mamede, que representa um eixo estruturante com funções articuladoras entre o Alentejo e a Beira, por se tratar de uma área de charneira entre os reinos de Portugal e Castela, onde surgiu um complexo urbano singular estruturado pela serra.

Na delimitação espacio-temporal do campo de pesquisa, o âmbito cronológico definido vai dos finais do século XII ao início do século XVI (1169 – 1527), ou seja, o estudo inicia-se no momento em que a serra de S. Mamede passa para a esfera de influência de controlo do reino de Portugal, quando Marvão era o principal eixo polarizador, culminando com a fase da realização do primeiro *Numeramento* do reino no século XVI e com a ascensão económica e política de Portalegre. Entre as principais subquestões e subhipóteses, constam como tema principal o estudo de vilas medievais fortificadas, numa região de fronteira, tratando-se de uma fronteira terrestre. A linha defensiva/ofensiva da serra de S. Mamede constitui uma das subquestões. A compreensão do estabelecimento e presença de ordens religiosas no espaço analisado, nomeadamente a Ordem de St^a. Cruz de Coimbra (Arronches) e a Ordem de S. Francisco (Portalegre) representam outra. Já para não referir a importância jurisdicional que as ordens militares exerceram no território abrangido no estudo durante toda a Idade Média.

² Tema que abrange o estudo da dissertação, mas que ainda não reflecte o título definitivo da tese.

A PROBLEMÁTICA

A problemática da minha dissertação centra-se nos conceitos de *povoamento e fronteira*, pelo que as fortificações se tornam os elementos territoriais fundamentais na aferição das subquestões. É por essa razão que será necessário abordar as questões dos bispados, das ordens religiosas e militares e os motivos da sua implantação nesta zona fronteiriça. Uma das razões para a escolha da região da serra de S. Mamede foi precisamente o facto de se tratar de uma zona geográfica pouco estudada, do ponto de vista historiográfico.

Os estudos de fronteira continuam a ser, ontem como hoje, de elevada relevância, e pretendo centrar o conceito em questão no período da Idade Média. A temática do *povoamento* está relacionada com a defensiva, que lhe está subjacente. A problemática defensiva insere-se na dupla vertente de defesa da fronteira do reino e dos núcleos de povoadores e dos seus bens, constituindo por isso também um poderoso factor indispensável na estruturação e consolidação do Estado medieval português.

O problema do povoamento do território português ao longo da Idade Média, apesar das abordagens já realizadas, e destaco o estudo de Rui de Azevedo,³ está longe de se poder considerar estudado. Segundo Maria José Lagos Trindade,⁴ a política de defesa e de colonização que possibilita o aparecimento dos importantes senhorios das ordens militares determina também que a sua acção se complemente como marcas nas formas de povoamento. Outros estudos têm vindo a abordar esta temática, se bem que sobre outras regiões, dos quais enuncio apenas alguns⁵. Nos séculos XIII e XIV, a intensificação de iniciativas de povoamento é decisiva para uma melhor ocupação e ordenação do território e conveniente integração administrativa das populações. Neste processo, estão presentes não só objectivos económicos e sociais, mas também preocupações e objectivos estratégicos, visando através do povoamento das terras mais expostas às incursões inimigas levantar barreiras, quer ao avanço dos árabes, quer ao dos castelhanos. Relativamente às fortificações, verifica-se que só existia uma, a de Marvão, no período mais recuado da minha investigação (século XIII). Ao longo da cronologia do estudo, foram construídos os castelos de Castelo de Vide, Arronches, Portalegre, Alegrete, Montalvão, Nisa e Alpalhão. A caracterização da malha social e do estabelecimento dos poderes eclesiásticos e senhoriais naquele território específico torna-se fundamental para a compreensão a um nível mais lato da sua importância estratégica, ou seja, pretende-se identificar os interesses económicos e estratégicos daquele território delimitado, que se traduz numa importância ainda actual à luz dos vestígios arqueológicos existentes. Todo este processo pretende ser compreendido e identificado num âmbito mais alargado, ligado à construção de uma visão política entre os reinos cristãos ibéricos, primeiro no contexto do Al-Andaluz, e depois num processo de construção de uma identidade ibérica como instrumento de centralização e afirmação de poder régio.

O tema integra-se ainda nos actuais debates historiográficos sobre as identidades nacionais, dos espaços de fronteira e as estremaduras históricas, pretendendo contribuir para uma melhor compreensão do território a um nível macro/micro de âmbito regional, nacional e internacional. A contribuição historiográfica pretende situar-se nos estudos que integram actualmente a História Peninsular dos Espaços de Fronteira num contexto ibérico e europeu, nomeadamente os do Sul ibérico, da História de Portugal e do Alentejo.

³ Rui Azevedo (ed.), *Documentos Medievais Portugueses*, vol. 1 (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1958).

⁴ Maria José Lagos Trindade, *Estudos de História Medieval e Outros* (Lisboa: Ed. História Crítica, 1981).

⁵ José Marques, “Povoamento e Defesa na estruturação do Estado Medieval Português,” *Revista de História* 8 (1988): 9-28; Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central – séc. XII-1325* (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1992); Ricardo Teixeira, “Um património sem Fronteiras”, in *Actas do Congresso Transfronteiriço de Arqueologia. Um Património sem fronteiras* (Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, 2009), 41.

O carácter fronteiriço das extensas zonas do Ocidente tem sido assinalado pela investigação histórica geral das últimas décadas, como factor determinante na compreensão da identidade das chamadas comunidades fronteiriças e tem sido um dos aspectos aos quais mais importância se concede actualmente nas linhas de investigação do período medieval. Os estudos das regiões de fronteira durante a Idade Média portuguesa têm-se revelado de especial importância para perceber não só os sistemas de defesa e de povoamento, mas igualmente para definir a formação de identidades, numa lógica de integração e de exclusão. A serra apresenta-se, assim, não só como ponto fundamental, como já foi referido, mas também como um território delimitado e de características singulares.

Segundo José Mattoso, a historiografia em Portugal não tem tido muita tradição e este autor insiste na necessidade crescente e urgente de se fazer uma reflexão crítica sobre a historiografia medievalista em Portugal, pois essa análise crítica é forçosamente cada vez mais actual, uma vez que existem novas orientações historiográficas associadas ao *Linguistic Turn* e a tendências desconstrutivistas. Numa tentativa de definição de prioridades, identifica os principais aspectos que devem ser aprofundados, na sua opinião, para uma melhor compreensão historiográfica evolutiva da medievalidade portuguesa. Recentemente, no âmbito da obra *A Historiografia em Portugal, c. 1950-2010*, salientou as principais lacunas actuais da História Medieval Portuguesa que urgem ser preenchidas. É exactamente nesta perspectiva de preencher lacunas na historiografia portuguesa, e tendo como base alguns dos elementos acima referidos, que, insiro o meu estudo e trabalho de investigação.

O estudo das regiões de fronteira durante a Idade Média portuguesa sempre se revelou de especial importância, e cada vez mais se tem confirmado que a essência das identidades portuguesa e espanhola se formou, em grande parte, pela sua realidade de fronteira com o Islão, o tão próximo contraste com um contexto religioso e cultural tão divergente e que terá sido um elemento modelador e determinante no desenvolvimento e construção das próprias malhas sociais.

Poucos estudos têm sido desenvolvidos sobre esta temática, mas têm vindo efectivamente a ser levados a cabo alguns trabalhos de investigação histórica na referida área, sobretudo ao nível da Arqueologia Pré-Histórica, (período da romanização) e da História Contemporânea. O facto é, que as Idades Média e Moderna constituem uma lacuna que urge ser preenchida, para uma melhor compreensão da articulação dos temas na sua evolução temporal. Segundo Oliveira Marques⁶, a rede das fortificações, muitas datando do período romano e outras construídas já em tempos islâmicos, era relativamente densa e significativa em termos demográficos. Para Orlando Ribeiro, o povoamento era uma referência importante em termos de informação demográfica, embora esse já fosse mais fraco nos actuais distritos de Castelo Branco e Portalegre⁷.

O CONTEXTO HISTÓRICO

Após a Reconquista Cristã, grande parte das terras a sul do Tejo, onde se inclui Marvão, foram doadas à Ordem do Templo, que tinha por missão povoá-las, explorá-las e defendê-las. Essa missão terá sido conseguida, pelo menos em Marvão, tanto mais que em 1188, D. Sancho I promove Marvão a sede de concelho, outorgando-lhe a administração de um amplo território. Esse enorme município era limitado a norte pelo rio Tejo até à Amieira, descia até ao rio Sor, passava por Seda, incorporava Assumar e Campo Maior, subia por Xévorá e quando chegava quase ao topo da serra de S. Mamede, inflectia para nascente, em território espanhol, era limitado pela serra de S. Pedro e daí dirigia-se para norte, até ao Tejo, próximo de Alcântara. Era assim o município de Marvão, quase tão amplo quanto o actual Distrito de Portalegre, e incorporava ainda as terras castelhanas de Valência de Alcântara, Herrera e Santiago até às imediações de Alcântara,

⁶ A. H. Oliveira Marques, *Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa* (Braga: Livraria Cruz, 1981), 23.

⁷ Orlando Ribeiro, "Geografia de Portugal", in *O Povo Português*, vol. III (Lisboa: Sá da Costa, 1989).

provável memória do território romano de Ammaia. Gradualmente, com o povoamento de outras terras e com a definição das fronteiras estabelecidas entre Castela e Portugal, pelo Tratado de Alcanices, foi o concelho de Marvão assumindo os actuais limites. Terá sido na sequência da Reconquista que os sistemas defensivos da fortaleza de Marvão terão sofrido obras de requalificação para a afirmação do domínio deste amplo território. Terá sido, igualmente, por essa data, quando a região já estava pacificada, que muitas das gentes, que se encontravam dispersas por pequenos núcleos urbanos e casais agrícolas foram povoar e defender Marvão? A vivência terá sido mantida contudo, nesses espaços urbanos formados após a derrocada de Ammaia, e terão dado origem a algumas das povoações que hoje constituem o concelho de Marvão? Estas são uma das várias subquestões que se pretende analisar.

Passada a época conturbada da Reconquista, Marvão manter-se-á atalaia sobre a vizinha Castela, constituindo-se, acima de tudo, como um espaço militar. O povoamento da área imediatamente envolvente dependerá dos recursos naturais e os múltiplos moinhos e azenhas, de origem medieval, testemunham um florescimento económico. Na zona de passagem natural, na base do penhasco coroado pela fortaleza de Marvão, instalar-se-á a Portagem e a Alfândega. Por ali passava, e pagava os seus impostos quem transitava entre esta região e Castela. “Nesta zona de passagem, ladeada pelos férteis terrenos do Prado, terras d’el rei, se explorava também a tão necessária cal. Nos finais da Idade Média, este vale seria já o grande centro económico do espaço que viria a conformar o actual concelho de Marvão”⁸. No entanto, no século XIV, D. Fernando I estabelece em Marvão o primeiro couto de homiziados da serra de S. Mamede, no âmbito de uma política régia de defesa da raia portuguesa. D. João I, anos mais tarde, estabelece o segundo couto, a sul da serra, em Arronches. Relativamente às fortificações, verifica-se que só existia uma, a de Marvão, no período mais recuado da minha investigação (século XIII). Ao longo da cronologia do estudo, foram construídos os castelos de Castelo de Vide e de Arronches. Que explicação terá esta inversão de povoamento? Trata-se de uma outra subquestão. Uma das várias sub-questões prende-se com a representação, por Duarte d’Armas, das fortalezas medievais que circundavam a serra de S. Mamede; apesar de terem sido visitadas, as de Alegrete e Portalegre não aparecem representadas no seu livro. Poder-se-á interpretar este aspeto, desde logo, como a perda da função defensiva destas construções? Quais as motivações?

Entre o final da década de 30 e o termo dos anos 70 do século XIII, bispo e cabido estabeleceram concórdias com quase todas as instituições sediadas na região e submetem ao pagamento dos tributos episcopais a maior parte das igrejas assinaladas em 1320.

No decurso destes quarenta anos, a rede das igrejas paroquiais parece estruturar-se, mesmo se em alguns casos a anterioridade do templo é possível e comprovável, assinalando o bispo, recorrentemente, a sua dádiva de cura animarum. As Igrejas de Nisa, Montalvão, Alpalhão e Ares aparecem referenciadas em 1250 e virão a ser incluídas na diocese da Guarda após 1260.⁹

Atesta-se assim, de forma clara, o esforço de organização paroquial do território ao longo destes anos. Com efeito, foi sobretudo na área sujeita à jurisdição episcopal da Guarda que a Ordem do Templo sediou muitos dos seus interesses e bens, inclusive igrejas que em 1250 pertenciam a Évora. No entanto, mais do que a acção individual de um prelado, o que se deve entrever é o esforço de organização de uma região.

Após a paragem das conquistas e das razias militares, instalados os novos poderes no amplo espaço do Além-Tejo, o panorama que se definia a partir da década de 30 do século XIII era o da apropriação do espaço por diferentes entidades senhoriais. Apropriação económica, social e religiosa que implicava não apenas uma rentabilização

⁸ Jorge Oliveira, Sérgio Pereira e João Parreira, *Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão* (Lisboa: Colibri, 2007), 35.

⁹ Hermínia Vilar, *As Dimensões de um Poder: A Diocese de Évora na Idade Média* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999), 56.

desse mesmo território, mas também a sua organização administrativa e fiscal. Os sucessivos acordos celebrados denunciam isso mesmo: um esforço diocesano no sentido de consagrar ou de incentivar a formalização de uma malha paroquial, sobre a qual assentaria o sistema de colecta do dízimo e dos tributos diocesanos. Ao consagrar na forma escrita a obrigação destes pagamentos, bispo e cabido procurariam assegurar o reconhecimento final da sua supremacia, expresso na necessidade, sempre presente, da confirmação episcopal dos clérigos nomeados e no reconhecimento expresso que muitos destes poderes faziam dos chamados sacramentos episcopais.

Um dos objectivos fulcrais da tese prende-se com a intenção de se reconfigurar a região numa perspectiva socioeconómica e de identificar as razões da formação da rede urbana, assim como os motivos da alteração da centralidade política, que passou de Marvão, no final do século XII, para Portalegre, no início do século XVI.

Segundo o *Numeramento* do reino de 1527, em consequência da inversão deste povoamento, Portalegre conta com 1492 habitantes, enquanto em Marvão vivem apenas 495. Sendo Portalegre já o principal eixo económico e político da região circundante da serra de S. Mamede, chegando mesmo a tornar-se sede de bispado, em meados do mesmo século, quais terão sido as dinâmicas sociais, políticas e económicas que terão levado a essa mudança de centralidade geoestratégica? Eis uma das principais questões da minha investigação.

O ESTADO DA ARTE

No âmbito da historiografia portuguesa, a temática da fronteira portuguesa tem vindo a ser objecto de estudo de alguns autores, de entre os quais destaco apenas alguns¹⁰. No domínio dos estudos regionais, poucos trabalhos têm vindo a ser realizados, mas alguns revelam-se de grande importância, apresentando-se, no entanto, tendencialmente monográficos e abrangendo períodos cronológicos diversificados. Alguns desses estudos devem ser referenciados, tal como o estudo elaborado por Bernardo Sá Nogueira em 1991¹¹, mas que se limita apenas ao estudo do senhorio durante aquele período, pelo que se revela já insuficiente, sendo necessário integrá-lo numa perspectiva mais alargada, quer cronologicamente, quer espacialmente. Apesar disso, esse artigo contribuiu para a referência e identificação de fontes, uma vez que procede a um exaustivo trabalho de transcrição, que constitui uma excelente base para futuras investigações.

O estudo elaborado por Possidónio Laranjo Coelho, reeditado em 2001 (*Terras de Odiana: Subsídios para a sua História documentada: Medrobiga, Aramenha, Marvão*),¹² é sem dúvida aquele que é sempre apontado como sendo o de maior importância sobre a região, mas é muito centrado na história local do triângulo formado por Marvão, Castelo de Vide e Portalegre e é de âmbito muito genérico, sendo no entanto uma boa referência também para identificação de fontes. Destaca-se ainda a recente edição de 2012, de *Castelo de Vide na Idade Média*, da autoria de José Augusto Oliveira¹³. Os estudos actuais mais importantes têm sido publicados nas revistas culturais de

¹⁰ Leontina Ventura, “A Fronteira Luso-Castelhana na Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras. História* XV (1998): 25-52; Carminda Cavaco, *A região de Fronteira do Rio Minho* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1973); Rita Costa Gomes. “A construção das Fronteiras”, in *A Memória da Nação. Actas do Colóquio*, org. F. Bethencourt e D. R. Curto. (Lisboa: Sá da Costa, 1991), 357-382; Amélia Aguiar Andrade, “A estratégia Dionisina na Fronteira Noroeste”, in *2.º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso, vol. II – A política portuguesa e as suas relações exteriores* (Guimarães: CM de Guimarães/Universidade do Minho, 1997), 83; Hermenegildo Fernandes, “Entre mouros e cristãos, a sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)” (Tese de doutoramento em História, Universidade de Lisboa, 2000); José Marques. “A Fronteira do Minho, espaço de convivência galaico-minhota na Idade Média” in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. II (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004):697-712.

¹¹ Bernardo Sá Nogueira, “A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches em 1271. Antecedentes regionais e significado político,” *A Cidade, Revista Cultural de Portalegre* 6 (1991): 19-45.

¹² Possidónio Mateus Laranjo Coelho, *Terras de Odiana, subsídios para a sua História Documentada*, Edição com texto fac-similado da 1ª Edição (Medrobiga - Aramenha – Marvão, 1924)

¹³ José Augusto Oliveira, *Castelo de Vide na Idade Média* (Lisboa: Colibri, 2012).

Marvão e Portalegre, respectivamente *Ibn Marúan* e *A Cidade*, incidindo todos sobre aspectos de índole local. Alguns artigos pontuais sobre a região têm vindo a ser desenvolvidos sobre esta temática, para este período, por alguns investigadores do CI-DEHUS, em Évora,¹⁴ da Casa de Vélazquez, em Madrid, e também por alguns historiadores da Universidade da Estremadura, em Badajoz. No entanto, nenhum deles apresenta uma abrangência regional de articulação macro/micro de importância geohistórica e geoestratégia sobre a região na qual se insere a Serra de S. Mamede, pelo que se tornam todos de importância meramente complementar. A zona circundante da Serra de S. Mamede, num âmbito regional, tem sido, de facto, muito pouco estudada e muitas são as razões que o justificam, sendo que um dos argumentos mais comuns para a falta de fontes escritas para aquela época tenham sido as efectivas marcas destrutivas das diversas incursões na região, durante as invasões francesas, no início do século XIX, o que terá feito desaparecer muitos dos testemunhos arqueológicos, iconográficos e manuscritos da época.

A região do Nordeste alentejano foi também referenciada em fontes árabes, nomeadamente em documentação produzida por geógrafos. A vasta região que na época islâmica se situava, *grosso modo*, entre Santarém, a oeste, o rio Tejo, a norte, Évora, a sul e Badajoz a leste, não era muito referenciada pelos geógrafos árabes; ainda assim, existem alguns documentos que, de qualquer modo, trazem alguma informação, tais como a *Crónica del Moro Rasis*¹⁵ (1975,86-87) e obras de Ibn Hawqal¹⁶ e de al- Idrîsî¹⁷. Segundo o que foi transmitido por estas fontes, o termo da Egitânia repartia-se pelas duas margens do Tejo e dele faziam parte duas fortalezas no actual nordeste alentejano: Marvão e Arronches. Apesar da não existência de grandes núcleos urbanos nesta área, actualmente alentejana, nem por isso ela terá deixado de ser uma zona de intercâmbios entre as zonas mais a ocidente e as mais a oriente do Gharb al-Andalus; ao mesmo tempo, algumas das suas fortificações terão também desempenhado um papel castrense significativo, principalmente em épocas de crise, pois ainda no século XI a Taifa de Badajoz teve de sustentar as investidas dos cristãos de Castela e também no século XII, quando estiveram na linha da frente contra os ataques de D. Afonso Henriques. Afirma-se, porém, que “no século XII, a zona onde se desenvolveu a vila de Portalegre, mais não seria do que uma região despovoada, aberta às incursões do norte do Tejo e às investidas da moirama e a sua reedificação e povoamento solidifica-se a partir do século XIII”.¹⁸

A METODOLOGIA

A previsão da concretização do projecto em curso é de quatro anos, divididos num total de oito semestres. A fase de pesquisa e de identificação da documentação está prevista ser concretizada nos quatro primeiros semestres da investigação. Esta fase de trabalho de campo requer diversas deslocações no país e em Espanha, incluindo visitas aos arquivos nacionais, distritais, municipais e eclesiásticos, que se encontram na região em estudo ou em zonas contíguas.

A análise e o tratamento de dados serão realizados durante o período aproximado de dois anos, que corresponderá à fase mais morosa do processo, dada a sua complexidade e diversidade. Tendo em conta a natureza e a especificidade da documentação, uma vez que abrange o período medieval e moderno, o recurso à Paleografia é im-

¹⁴ A maioria dos artigos e publicações de âmbito local constam da Base de Dados Bibliográfica HEMERA.

¹⁵ A *Crónica do Mouro Rasis*, tradicionalmente entendida como repositório das descrições do famoso historiador e geógrafo cordovês al-Râzi, foi traduzida para português por ordem do rei D. Dinis. Tendo-se perdido a versão original, restaram as cópias castelhanas da mesma tradução, com as quais Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés elaboraram a referida edição multitextual.

¹⁶ Ibn Hawqal, *Configuración del mundo*, siglo X, tradução e índices por Maria José Romani Suay (Valencia: Anubar Ediciones, 1971).

¹⁷ Al-Idrîsî, *Geografía de España*, ed. de Antonio Ubieto Arteta (Valencia: Anubar Ediciones, 1974).

¹⁸ José Dias Heitor Patrão, *Portalegre, Fundação da Cidade e do Bispado Levantamento e progresso da Catedral* (Lisboa: Colibri, 2007), 87.

prescindível, porque um considerável volume da mesma não se encontra transcrita, o que implicará sempre um período de trabalho adicional. A fase correspondente à elaboração dos anexos tem de ser levada em conta, por constituir uma boa parte complementar da tese, pelo que contempla a duração de pelo menos 2 semestres. A conclusão e as revisões integrais dos textos deverão estar concluídas no último semestre. Todas as fases serão complementadas com leituras gerais e específicas sobre os temas a abordar e haverá necessidade de reservar alguns dos períodos para a elaboração de relatórios e revisões de textos.

As principais fontes a utilizar neste estudo são fontes manuscritas, impressas e a bibliografia. As fontes para este estudo baseiam-se sobretudo na documentação das chancelarias régias, na documentação municipal, na documentação eclesiástica e na correspondência entre reinos que se encontra em arquivos de Portugal e Espanha. A tipologia da documentação é diversa, como o próprio tema o exige, pois não abunda documentação para a região em estudo, sobretudo para o período cronológico da investigação. Em termos quantitativos, a maior parte das fontes encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, dispersa pelas Chancelarias Régias, pelas Gavetas, pelas Cadernetas, pelo Núcleo Antigo e pela Mesa de Consciência e Ordens. Os arquivos a consultar são vários em Portugal e em Espanha, nomeadamente: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Arquivo Distrital de Portalegre, Arquivo Histórico Municipal de Elvas, Arquivo Histórico Municipal de Marvão, Arquivo Histórico Municipal de Nisa, Arquivo Histórico da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa, Arquivo Histórico Municipal de Castelo de Vide e Arquivo Histórico Municipal de Monforte. Em Espanha: Arquivo Histórico Militar de Madrid, Arquivo Nacional de Simancas, em Valladolid, Arquivo Provincial de Badajoz, Arquivo Histórico Municipal de Badajoz, Arquivo Histórico Municipal de Cáceres, Arquivo Capitular de Cória-Cáceres, Arquivo da Arquidiocese Mérida-Badajoz e Arquivo Histórico Municipal de Albuquerque. O confronto com a bibliografia, sobretudo castelhana, será sempre um recurso complementar, para colmatar as lacunas eventualmente deixadas pela documentação ou pela bibliografia portuguesa. A análise das fontes será quantitativa, mas também qualitativa, sendo neste caso a qualitativa a mais relevante para o estudo. Os dados recolhidos são colocados para tratamento numa base de dados, em Excel e Access. Os campos a preencher e a informação a recolher serão seleccionados por topónimos, cronologia e tipologia da documentação. Será considerada a utilização de métodos de pesquisa de outras ciências, como a Cartografia e os SIG – Sistemas de Informação Geográfica.

A problemática e as hipóteses relacionam-se ainda com outras áreas das ciências sociais, nomeadamente com a Geografia e com a Arqueologia.

Os resultados dos trabalhos de Arqueologia têm vindo a ser obtidos nesta região, na sua maioria coordenados pelo arqueólogo Jorge Oliveira, e têm sido extraordinários em termos quantitativos. O período medieval é aquele para o qual recentemente se têm encontrado mais vestígios arqueológicos, sobretudo elementos de importância industrial, que contribuem para caracterizar o povoamento da região, nomeadamente lagares, moinhos, pias, sepulturas antropomórficas e mesmo estruturas defensivas amuralhadas, que fazem denotar, por exemplo, períodos de convulsões.

Em termos de eixo de organização do território, encontra-se em plena escavação a cidade romana de Ammaia, que impulsionou o povoamento em terrenos férteis no vale, mas que passou na Idade Média para as zonas altas da serra, locais dispersos e de difícil acesso. Esta articulação da inversão da ocupação do espaço, não está estudada, uma vez que os rios e a serra foram sempre elementos constantes da centralidade territorial e foram responsáveis ao longo dos séculos pela fixação das gentes, assim como o foi o interesse pela exploração de recursos minerais.

Ao nível da Geografia, a cartografia, nomeadamente a histórica, será o suporte mais necessário e de maior utilidade como ferramenta de trabalho e como recurso metodológico a explorar, sendo que as Cartas Militares do Instituto Geográfico do Exército serão uma base de trabalho fundamental. Os trabalhos elaborados por geógrafos, na Península Ibérica, nomeadamente na Extremadura Espanhola e Alentejo são os que se

apresentam com mais relevância neste campo para o estudo em questão.

Por fim, não gostaria de terminar sem expressar um agradecimento, à organização do WEM 2012 e ao GIHM – Grupo de Investigação de História Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que em muito têm contribuído e garantido uma crescente dinâmica, qualidade e incentivo ao estudo da investigação da História Medieval

ANEXO – IMAGENS



Imagem 1 – Província do Alentejo

Fonte: Província do Alentejo [Material Cartográfico / sculp. Laurent. – Escala [ca. 1:1100000]. – [S.l.s.n.,17--].

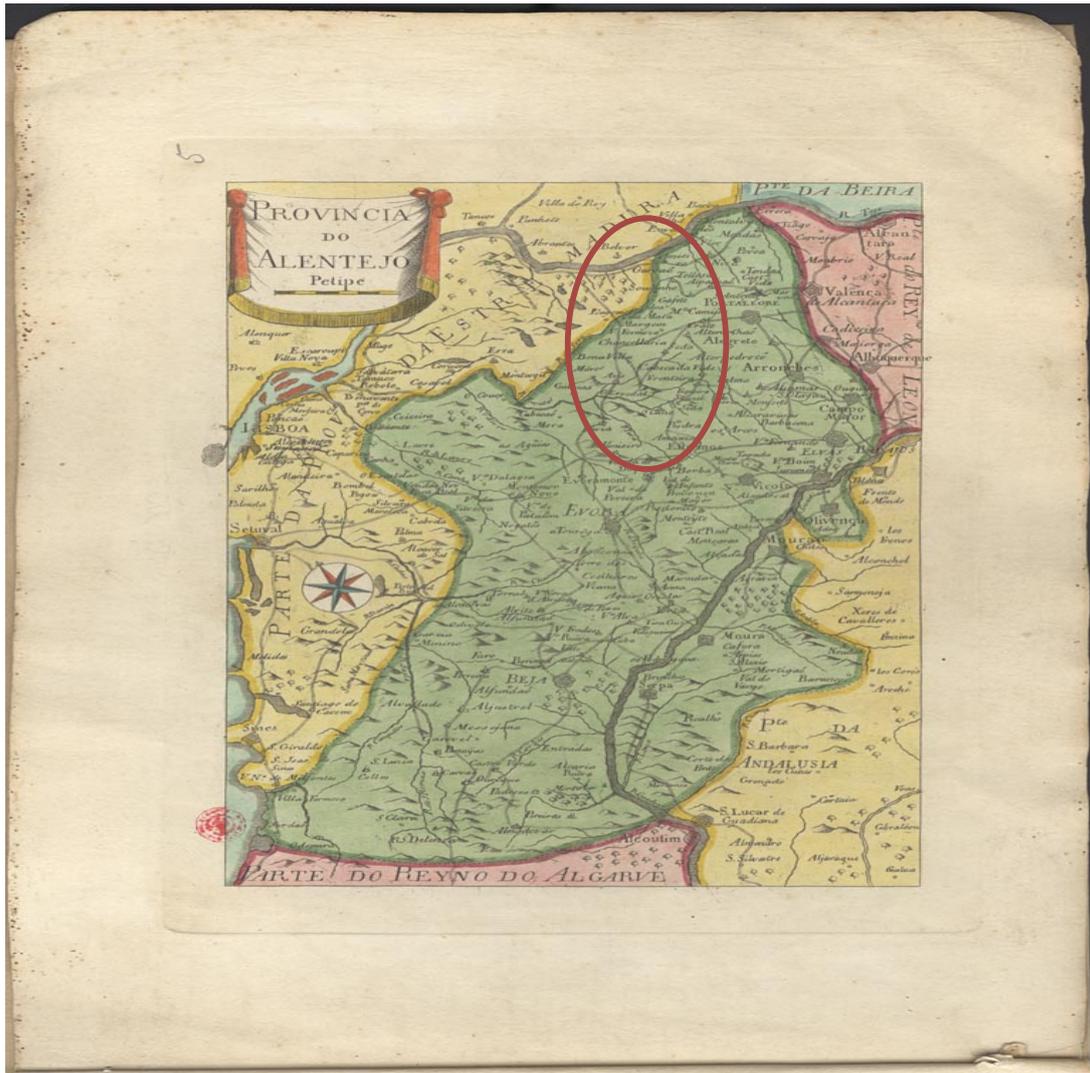


Imagem 2 – Atlas geográfico das províncias do reino de Portugal e do Algarve
ATLAS GEOGRAFICO DAS PROVINCIAS DO REINO DE PORTUGAL E ALGARVE
Atlas geográfico das províncias do reino de Portugal e Algarve [Material cartográfico. -
[Lisboa: s.n.], CARPINETTI, João Silvério, 1740.